

ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA

SERMÃO DA ESTULTA EVIDÊNCIA: O DESPORTO COMO FATOR E RAIZ DE TRANSCENDÊNCIA

ANTÓNIO JOSÉ SILVA¹

CONTEÚDO

| | |
|---|----|
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 3 |
| EXÓRDIO | 6 |
| EXPOSIÇÃO E ARGUMENTAÇÃO | 11 |
| DESAFIOS ESTRATÉGICOS; VETORES ESTRATÉGICOS E RECOMENDAÇÕES | 11 |
| DESAFIO 1: ASSUMIR O DESPORTO E ASSOCIATIVISMO JUVENIL ENQUANTO FATOR DE IDENTIDADE E AFIRMAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL E CRIAÇÃO DE VALOR | 11 |
| <i>Vetor 1: Refundar a importância do desporto e dos atletas no sistema educativo formando gerações competentes, confiantes e cultas desportivamente</i> | 11 |
| <i>VETOR 2: REFORÇAR A IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO E DOS ATLETAS LOCAL/REGIONAL NO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO</i> | 12 |
| <i>Vetor 3: Investir no enraizamento geracional de hábitos de prática desportiva e de responsabilidade social</i> | 13 |
| <i>Vetor 5: Reforçar junto dos mais jovens os mecanismos de pertença e consciencialização global, no quadro de uma relação mais cosmopolita de Portugal com o mundo</i> | 14 |
| DESAFIO 2: ASSUMIR O DESPORTO ENQUANTO FATOR GERADOR DE RETORNO ECONÓMICO (INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E INTERNACIONALIZAÇÃO) | 15 |
| <i>Vetor 6: Incentivar a criação de riqueza baseada em I+D+I e estimular a criação de emprego científico</i> | 15 |
| <i>Vetor 7: Aproximar a Academia e as OD do tecido produtivo, dos mercados face ao contexto social</i> | 16 |
| <i>Vetor 8: Animar uma rede de inovação internacional no âmbito do desporto (IA; SCTN; OD)</i> | 18 |
| <i>Vetor 9: Criar e transformar negócios, arriscando, inovando e empreendendo</i> | 20 |
| DESAFIO 3: REORGANIZAÇÃO DAS REDES/FUNÇÃO INSTITUCIONAL | 21 |
| <i>Vetor 10: Reorganizar a rede do ensino superior e complementarmente um reforço da autonomia e dos meios de governação das IA</i> | 21 |
| <i>Vetor 11: Sistema Científico e tecnológico nacional</i> | 23 |

¹ Prof. Catedrático UTAD; Vice-Reitor Ciência Tecnologia Inovação UTAD; Presidente Conselho Científico Rede Euro Americana Motricidade Humana; Membro direção da Fundação do Centro Estudos Euro Regionais (FCEER); Presidente Federação Portuguesa Natação.

| | |
|---|----|
| Vetor 12: Reorganizar a rede das organizações desportivas nacionais/função Institucional | 23 |
| Vetor 13: Reforçar a autonomia e os meios de governação das IA/SCTN/OD-UPD adequando a estratégia institucional ao quadro de referência nacional e europeu..... | 24 |
| EPÍLOGO | 26 |
| BIBLIOGRAFIA | 28 |

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os homens sem ideais são quantitativos; podem apreciar o mais e o menos, mas nunca distinguem o melhor do pior. Sem ideais seria inconcebível o progresso. O culto do homem prático, limitado às contingências do presente, importa uma renúncia a toda a perfeição. O hábito organiza a rotina e nada cria em direção ao porvir. Apenas dos imaginários espera a ciência, as suas hipóteses, a arte o seu voo, a moral os seus exemplos e a história as suas páginas Luminosas.

(José Ingenieros, 2003)

A oração de sapiência é uma tradição medieval que procura relatar a característica ou atributo do que é sábio, sabedor, ou erudito. Nos dias de hoje é amplamente cultivada por muitas instituições procurando, mais do que o tema ou as ideias que expressa, realçar a forma e o domínio da oratória de quem a profere.

Antes que me alongue no tema da suposta oração, emitirei algumas simples pressuposições e outras tantas observações que, pelo conteúdo, se poderão traduzir em incautas e nada ortodoxas correções ao formalismo e às seculares tradições.

Não irei proferir qualquer oração, porquanto o meu pouco fervor não me permite não descurando, no entanto, o agradecimento e a manifestação de reconhecimento que esta instituição me merece, fundamentalmente pela materialização de um projeto educativo e de transformação social, tornando-a, à data, uma das IES do sistema científico e tecnológico nacional de referência no quadro específico das ciências do desporto em Portugal.

Com uma história de 17 anos, desde o decreto da sua criação, 352/97, datado de 5 de Dezembro, que hoje se comemora, como unidade orgânica do Instituto Politécnico de Santarém, até aos dias de hoje, foram ultrapassadas muitas fases de desenvolvimento. Desde a pioneira (Setembro de 1998) nas instalações provisórias cedidas pela CMRM, passando pelas, ainda, instalações provisórias no pavilhão multiusos de Rio Maior (2007 a 2013), até às instalações próprias e definitivas (18 de Fevereiro de 2013). Estas transições estruturais foram sempre acompanhadas pela correspondente maturação

funcional e de representatividade, quer nas atividades de formação que evoluíram até aos dias de hoje com 6 licenciaturas² e 3 mestrados³, quer, ainda, nas atividades de investigação com parcerias internas, regionais, nacionais e internacionais, através da Unidade de Investigação do IPS (UI-IPS) e centros de investigação reconhecidos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), nomeadamente, o CIDESD (de cujo consórcio esta escola faz parte e que tive o privilégio de criar em 2007 e ser diretor até 2013), o CIPER da Faculdade de Motricidade Humana e o CI&DETS do Instituto Politécnico de Viseu.

Uma história, na qual me orgulho de ter participado intrinsecamente, quer como professor convidado nas licenciaturas em treino desportivo entre 2003/2004 a 2007/2008, e no mestrado em treino das modalidades desportivas (2008-2010; 2009-2011), quer pela orientação científica do doutoramento de 4 Professores desta escola.⁴

Transformarei, por isso e pós esta referência à importância institucional, a oração dita de sapiência num sermão que esperemos tenha alguma coerência, evitado de algumas provocativas ingerências, outras tantas referências e que não provoque demasiada sonolência.

Não porque me considere um qualquer profeta nem tão pouco credor de um quadro axiológico de inabalável retidão, apesar de crer no axioma da carta de São Paulo aos Romanos, onde está escrito: “não podes fazer mal de que provenha bem”.

Como não tenho erudição suficiente para tão importante desígnio e ilustre assistência, optarei por refletir sobre a minha experiência, procurando reforçar o valor da verdade, da minha, e da respeitabilidade pelo esforço, mérito, dedicação, valores dignos do desporto, onde quase sempre o mérito absoluto predomina.

Não pretendo, com este sermão, mimetizar o do semi-homónimo Padre António Vieira, o eloquente luso-brasileiro, pregador do acutilante Sermão de Santo António aos Peixes,

² Desporto, Condição Física e Saúde; Desporto de Natureza e Turismo Ativo; Gestão das Organizações Desportivas; Psicologia do Desporto e do Exercício; Treino Desportivo – regimes diurno e pós-laboral; Europeia em Atividade Física e Estilos de Vida Saudáveis (Physical Activity and Lifestyle Counselling).

³ Mestrado em Desporto, especialização em Treino Desportivo e Condição Física e Saúde; Mestrado em Psicologia do Desporto e do Exercício; Mestrado em Atividade Física em Populações Especiais.

⁴ Professores Doutores: António Moreira; Hugo Louro, Marta Martins e Teresa Conceição.

no qual verbera, com aspereza destemperada, os peixes graúdos desta era: os soberbos e arrogantes (*roncadores*); os pregadores (*parasitas e oportunistas*); os ambiciosos (*voadores*); os hipócritas e traidores (*polvos*), estes na essência traiçoeiros, maldosos e hipócritas que se fazem amigos dos outros mas no fim...

Pese embora reconheça que hoje, esporadicamente, os peixes possam representar a audiência ideal visto que ao contrário do pregador não irão falar mas, espero que, ouvir, e sempre prontos a censurar com severidade, oscilando as barbatanas Céfalo-caudais, outros tantos vícios que se repetem e que diariamente assistimos, como a esperteza, oportunismo e, por vezes, até a vacuidade travestida de tecnocracia muito em voga nos tempos que correm.

Como mandam as regras da boa retórica discursiva, dividirei este sermão em 4 partes: o exórdio; a exposição dos fatos; a argumentação; e o epílogo, com as quais irei provar da minha convicção.

EXÓRDIO

O exórdio deste sermão é dedicado ao conceito predicável que refere a estulta (porque desnecessária) evidência (porque redundante) do desporto como fator e raiz de transcendência (ou de desenvolvimento) num mundo onde as pessoas e a filosofia se desapaixonaram pela ciência de uma forma geral e desdenham do desporto como fator de afirmação.

Por isso é redundante falar do desporto como fator de desenvolvimento. O que, realmente, interessa é o desenvolvimento do desporto como foco fundamental, mas não exclusivo, em áreas que para mim representam uma história de vida: a academia (IES e SCTN), as organizações desportivas e a juventude.

As vozes de comando no pensamento filosófico no século XX tomam as ciências como triviais, expressando a convicção de que a ciência não tem nada a dizer-nos sobre o estatuto ontológico e metafísico dos homens nem sobre o significado fundamental. O estatuto epistemológico das realidades, que umas vezes inocentemente investiga e outras vezes manipula, com repercussões evidentes quer para as próprias instituições académicas (IES) e de ciência (SCTN) quer, ainda, para as organizações desportivas (OD), quer, por fim, para o público-alvo que são as pessoas.

O que está em jogo é demasiado importante, porque o ataque não é à ciência, às organizações que o representam, às instituições a quem se destina operacionalizar, nem às pessoas mas, mais contra a própria razão.

Estamos submersos em irracionalidades e superstições nas formas mais primitivas de credulidade. Em todo o mundo há 3 vezes mais astrólogos que físicos. Em moto próprio em Portugal, e também no desporto, são incontáveis os treinadores de bancada e os pseudo-prescritores do exercício que inundam os painéis de influenciadores do comum dos mortais verberando banalidades que a todos nos desacreditam.

Existe uma expressão arcaica no mito de Prometeu, na sugestão de Ésquilo de que a dádiva da ciência pelo titã ao homem é inesperável da fatalidade arrogante, que o renascimento designará como desmedida ambição faustiana. Na famosa passagem do coro Antígona de Sófocles sobre a natureza do homem texto onde, de acordo com Heidegger o destino ocidental tem um ponto de viragem, a pressão demónica da

conquista científica e tecnológica deixa os seres humanos perigosamente desabrigados e em conflito próprio.

O que é axiomático na ciência, ocidental, não é apenas o conceito de progresso, mas sim o conceito de progresso constante e ilimitado. Tomamos por certa esta ausência de limitação. Na realidade, trata-se de uma suposição profundamente enigmática, tendo em consideração o sentido metafísico do termo.

E é perante este pressuposto e preceito fundamental que deveremos analisar o papel do desporto e da atividade física nos dias de hoje. A vida biológica poderá vir a ser prolongada e até certa forma marcada, mas a morte nunca será evitada: o desafio está precisamente na qualidade desta vida. Na nossa atividade, o progresso para além de relevância técnica, tem relevância ontológica: o *enhancement* (potenciação) de um ciclo de vida.

O desporto é, por isso, uma mais-valia inestimável e uma oportunidade perante a sociedade globalizada, de se afirmar como um fator pacificador e promotor de grandes causas sociais do desenvolvimento. Este é um desafio que respeita ao desporto em nome dos valores que tradicionalmente reivindica e, a todos nós, aqui presentes.

O desporto constitui uma das possíveis, eventualmente a principal, objetivação cultural e forma histórica de realização de movimentos possíveis, pela valorização do carácter fundamental do corpo motor, pois é sobre ele que se instala e que se funde o corpo desportivo que, assim lhe confere significado e que, ainda, não encontrou o seu devido valor pela falha na avaliação do seu retorno, quer educativo, quer social, quer de saúde, quer económico, quer estrutural.

A culpa, na ótica do homónimo Padre Vieira, ou responsabilidade, na minha ótica, é nossa (e eu aqui assumo-a duplamente como académico e como presidente de uma federação desportiva), seja porque não se prega a verdadeira doutrina, ou porque se diz uma coisa e faz outra, ou porque se tende a pregar, não a Cristo, mas a outros interesses paladinos. Se quisermos ser benévolos podemos sempre dizer que a culpa está na água, porque os ouvintes, vocês peixes, não querem receber a doutrina, ou antes preferem imitar os pregadores e não o que eles dizem, servindo os seus apetites e não os que se perseguem.

Então, a questão fundamental é saber o que deveríamos fazer, para além de pensar, os que o fazem, para reforçar o papel do desporto na nossa sociedade tendo como base as pessoas a quem se destina e têm responsabilidades acrescidas nas IA do SCTN) e (OD)?

Esta questão não é formal. Não serve para simplesmente valorizarmos o desporto pela identidade que, de fato, merece. Esta questão é substancial, porque dela depende a sobrevivência das próprias IA, SCTN e OD associadas ao desporto, e concomitantemente a consequência da função social para o bem e bem-estar do homem.

Nada mais oportuno do que a referência a Ortega e Gasset sobre a famosa frase: “Yo soy yo y mi circunstancia y si no la salvo a ella no me salvo yo⁵», fruto do perspectivismo ou relativismo racional e histórico.

Esta inferência histórico-filosófica é tanto mais válida porquanto investido nesta tradição secular quase me faz esquecer que estamos perante, em pleno século XXI, a encarnação de uma modernidade ávida pelo progresso, pela velocidade, pela produção, e pela própria negação do que é permanente, tão característico da métrica tão vulgar e na moda dos cânones científicos atuais com os quais a academia e as organizações desportivas se tem entretido a jogar o jogo do resultado, dos números, dos rankings e das modernidades.

Este jogo, não o jogo da compita saudável, fere de certa forma, sobretudo de espírito, o conceito de universalismo de um saber não espartilhado pela função e que requer uma competência esquecendo a função de formação integral que se quer de um homem novo, que percebe, e que ao perceber concebe, e que ao conceber resolve problemas que se colocam antes mesmo de aparecerem as tecnocracias tão necessárias mas tão bem resolvidas por quem tem um espírito livre e de livre-pensador.

Desenganem-se os que consideram que a importância das IA se mede só pela métrica da produtividade científica, principalmente numa fase em que, previsivelmente, se irá assistir a uma diminuição destes indicadores de produção com reflexos imediatos nos tão propalados rankings das economias neoliberais, não só pela falta de rejuvenescimento do corpo docente a tempo integral, pelo evidente estrangulamento

⁵ *Meditaciones del Quijote.*

burocrático e financeiro, mas também pela redução drástica do investimento governamental para a investigação.

As facilidades financeiras e a formação de jovens cientistas, especialmente na nossa área, tornaram-se limitadas. A taxa de sucesso de financiamento de projetos de investigação, dos quais a progressão na carreira de jovens cientistas depende inteiramente, situam-se agora em valores baixos como 10% a 15% de uma forma geral, e na ordem dos 2% nas ciências do desporto, engolida pela mãe natureza embevecida com a saúde como o santo graal da ciência da vida.

Da mesma forma, a importância do desporto e das organizações tutelares não se mede, ao contrário do que muitos afirmam, pela sobrevalorização, num contexto circunstancial, dos resultados desportivos de nível internacional quando resultam da comparação alegórica, injusta e desproporcionada de desportos com diferentes taxas de densificação competitiva e representatividade internacionais.

O desporto é muito mais do que um projeto de investigação aprovado, do que um artigo publicado numa revista indexada do primeiro quartil ou do que uma medalha, apesar da relevância destes indicadores no contexto global de cada uma das áreas de atividade.

Esta é uma mensagem que, infelizmente, tem perpassado para a sociedade em geral com os riscos que daí decorrem para uma, ainda maior, diminuição dos índices de prática desportiva nacional: há que investir os recursos escassos que temos nos desportos que conseguem algum resultado de mérito internacional. Nada mais errado; a essência do desporto não é a do resultado único. A prazo isso acabará por matar o desporto nacional pois será a falha dos próprios resultados que irá, posteriormente, justificar o subfinanciamento do desporto e da atividade física a nível nacional!

Parafraseando o meu bom amigo Jorge Bento⁶, as IES⁷ devem ser a casa da erudição, da inteligência, transparência, da exaltação do espírito e do intelecto acordados, vivos e atuantes, tendo a obrigatoriedade de assumir a responsabilidade social, de não permanecer indiferente e neutral face ao destino dos humanos. Ambos os princípios

⁶ Por uma UniverCidade anticonformista, Editora U. Porto. 2014.

⁷ Wilhelm von Humboldt, o criador da Universidade de Berlim em 1810.

balizam e vinculam o comportamento das autoridades académicas e dos docentes universitários.

Por outro lado, as organizações desportivas, em nome de uma certa coerência ideológica, não podem desviar-se daquilo que é a sua missão essencial, organizar e promover o desporto para uma permanente e constante demonstração de que o que fazem e como fazem respeita integral e cabalmente o elevado interesse público.

Neste particular, as federações desportivas são o elemento central da organização do desporto no contexto nacional e internacional passando por elas o essencial da atividade quanto à massificação da prática, regulamentação e organização competitivas. Além de serem as entidades reguladoras do desporto, são o elemento central de uma normatividade desportiva que é supranacional e que se quer, apesar de não ser ainda, supra institucional e supra ideológica⁸.

Por esse facto, e no âmbito do ordenamento jurídico, o estado delegou competências de natureza pública nas federações de utilidade pública desportiva, reconhecendo nelas o desporto enquanto uma atividade propícia à expressão do exercício de cidadania através da dimensão associativa e um importante fator de inclusão, coesão social e territorial prestando, por isso, um serviço de excepcional interesse público para os cidadãos, para o desporto e para a qualidade da vida comunitária.

Esta relevância das federações desportivas elevou-as, assim, à categoria de principais parceiros do estado na garantia do direito ao desporto.

Os apoios financeiros e outros concedidos pelo estado, através dos organismos da administração pública, não devem nem podem ser considerados como uma atenção, ou um favor, mas uma obrigação do estado perante quem cumpre insubstituíveis funções de interesse público nacional e aceita do estado competências que a este cabe prover.

Existem ajustamentos necessários? Claro! Não há duvidas.

⁸ Suportada por intervenções públicas do Presidente do COP, José Manuel Constantino.

EXPOSIÇÃO E ARGUMENTAÇÃO

Na segunda e terceira partes deste sermão apresentarei alguns problemas comuns e outros tantos específicos nas IA, do SCTN e OD a nível nacional que se poderão traduzir em desafios estratégicos com vetores estruturais e outras tantas recomendações que daí decorrem, fruto da percepção que tenho do futuro a prazo (de preferência curto) desta área do conhecimento e competência, eivada com alguma sobrançeria destituída de critério de autoridade, moral neste caso.

DESAFIOS ESTRATÉGICOS; VETORES ESTRATÉGICOS E RECOMENDAÇÕES

DESAFIO 1: ASSUMIR O DESPORTO E ASSOCIATIVISMO JUVENIL ENQUANTO FATOR DE IDENTIDADE E AFIRMAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL E CRIAÇÃO DE VALOR

Há necessidade de melhorar os instrumentos de medição do valor do desporto, nomeadamente, em termos de custo-benefício, parâmetro necessário para a justificação de políticas públicas. Se a medição do custo-benefício se desenvolveu em domínios como a saúde, ambiente, educação, energia e, recentemente, na área da cultura, torna-se necessário desenvolver os instrumentos relativos à área do desporto, numa era onde a participação cívica ativa e independente dos jovens e dos jovens adultos é determinante para o desenvolvimento de uma sociedade económica e socialmente desenvolvida, e onde o conceito de juventude se dilata com o alargamento dos ciclos de estudo das novas gerações, a par da entrada cada vez mais tardia no mercado de trabalho.

Vetor 1: Refundar a importância do desporto e dos atletas no sistema educativo formando gerações competentes, confiantes e cultas desportivamente

Os alunos do século XXI são protótipos de uma exclusão real, nativos digitais, e vivem num mundo cujas estruturas sociais e económicas não conseguimos hoje vislumbrar completamente. Além dos saberes básicos, têm de adquirir competências de multitarefa, trabalho em equipa, produção cooperativa de conhecimento e de integração social para a qual o desporto e a atividade física possuem uma função determinante.

Recomendações

1. Estabelecer no currículo mínimo nacional para cada ciclo de ensino a Educação Física e o desporto escolar ou projetos específicos de prática;
2. Estabelecer a competência aquática enquanto atividade com obrigatoriedade curricular: i) prevenção afogamento; ii) combate sedentarismo; iii) hábitos prática saudável, para além do já previsto nas AECS.⁹;
3. Criar quadros competitivos para o desporto escolar, concedendo às escolas mais tempo e mais espaço para as atividades desportivas extra curriculares regulares e sistemáticas em todos os agrupamentos escolares do País, em estreita ligação com as CLDES¹⁰; as autarquias e as estruturas regionais do sistema desportivo (associações e federações);
4. Integrar os designados grupos/equipas desportivas e de praticantes individuais no movimento desportivo associativo, através da criação de quadros competitivos mistos para além das restantes componentes (formação árbitros; formação contínua treinadores e professores, etc.).

VETOR 2: REFORÇAR A IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO E DOS ATLETAS LOCAL/REGIONAL NO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Os Clubes desportivos, célula básica do desenvolvimento desportivo do País, encontram-se completamente abandonados, não recebendo apoios nem do Estado nem, de um modo geral, das Federações, que deles vivem e prosperam. O desporto em geral vive da iniciativa dos clubes, dos seus sócios e dos dirigentes locais, não existindo mecanismos instituídos de financiamento pelo Estado. Como tal, deveriam de ser inscritos outros mecanismos de apoio direto e/ou indireto por parte da administração pública

Recomendações

1. Certificação de clubes devidamente institucionalizada como de Utilidade pública com critérios exequíveis de avaliação e certificação;

⁹ Um dos nossos maiores desígnios deverá ser o mar e as atividades que daí decorrem.

¹⁰ Centros locais de desporto escolar (CLDE).

2. Certificação de clubes, face ao seu papel no âmbito da formação e rendimento (regional; nacional e internacional) face às suas valências e desportos;
3. Isenções fiscais pela contribuição majorada para a constituição de seleções nacionais assim como pelo apoio à resolução de problemas sociais, menores provenientes de famílias carenciadas.
4. Operacionalização das carreiras duais: i) rendimento e educação; ii) rendimento e profissão.
5. Redefinição do quadro legal para os desportistas em função da sua categoria e representatividade desportiva.

Vetor 3: Investir no enraizamento geracional de hábitos de prática desportiva e de responsabilidade social

Recomendações

1. Promover a formação para estilos de vida saudável, através de projetos de parceria entre as organizações da sociedade civil e o Estado;
2. Construir espaços de circulação pedonal e de transporte cíclico disseminados por todas as áreas urbanas e com ligação a áreas escolares (turismo ativo);
3. Entender o mar, rios e lagos naturais ou artificiais como espaços fundamentais do território nacional, cujo sustentável usufruto desportivo deve ser estimulado tanto quanto o usufruto social e económico¹¹.

Vetor 4: Reforçar o associativismo juvenil, a participação cívica, o compromisso de intervenção social das novas gerações e o empreendedorismo jovem tendo o desporto como base

Recomendações

1. Promover a participação associativa e contratualizar com as organizações de juventude/desporto a prestação de serviços atualmente realizados pelo Estado (estimular empreendedorismo);

¹¹ Este facto justificaria, aliás, a criação na orgânica do estado um único ministério que agregasse todas as competências espartilhadas pela administração pública neste âmbito.

2. Reforçar o estatuto do dirigente associativo, ou voluntário, permitindo que a inclusão em projetos cívicos seja valorizada no ensino superior e/ou mercado de trabalho/formação tutelada (suplemento ao diploma);
3. Reconhecer o voluntariado no desporto/científico como política ativa de juventude, clarificando o enquadramento legal e fiscal deste movimento (fundamental por exemplo nos caso dos árbitros);
4. Estimular a criatividade dos jovens com programas de empreendedorismo juvenil com benefícios fiscais para a criação de *start ups* e benefícios fiscais para jovens até 35 anos ou desempregados de longo curso.

Vetor 5: Reforçar junto dos mais jovens os mecanismos de pertença e consciencialização global, no quadro de uma relação mais cosmopolita de Portugal com o mundo

Recomendações

1. Associar aos projetos de mobilidade (académica, empresarial, desportiva) uma componente de informação sobre as relações dos países com relações comerciais com Portugal, assegurando a cooperação entre as representações diplomáticas e as instituições de mobilidade de jovens;
2. Reforçar a cooperação jovem no âmbito da CPLP, promovendo uma cultura de partilha e troca de experiências entre jovens líderes da CPLP, aproveitando a diáspora Portuguesa, espalhada pelo mundo, para a criação de mecanismos de cooperação entre países.

DESAFIO 2: ASSUMIR O DESPORTO ENQUANTO FATOR GERADOR DE RETORNO ECONÓMICO (INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E INTERNACIONALIZAÇÃO)

O valor económico da cultura tem sido crescentemente reconhecido, nomeadamente, na progressão das dinâmicas associadas às indústrias culturais e criativas, assim como ao património histórico e urbano contemporâneo, como fortes potenciadores do turismo e economias locais, contrariamente ao que ainda não foi conseguido com o desporto. Urge quantificar a importância económica do desporto para que a valorização justifique cada novo euro investido nesta área. Temos de ser capazes de publicar mais artigos científicos, de registar mais patentes, de celebrar novos e mais contratos de transferência de conhecimento, de criar novos produtos e novas empresas de base tecnológica, de quantificar o verdadeiro retorno com a organização de eventos desportivos, ou na diminuição dos custos diretos e indiretos com a morbilidade e/ou mortalidade decorrente de doenças hipocinéticas.

Vetor 6: Incentivar a criação de riqueza baseada em I+D+I e estimular a criação de emprego científico

Importa dinamizar o mecenato científico/desportivo em moldes que permitam constituir uma base com significado na captação de financiamento no Ensino Superior e na Ciência, por um lado, e organizações desportivas por outro, devendo ser criados incentivos fiscais, possibilitando o desenvolvimento de uma cultura de angariação de fundos e “match funding” nestas instituições.

A política de atribuição de bolsas de investigação deve privilegiar a nível académico os cursos doutorais no desporto em áreas com maior impacto na economia (têxtil; duas rodas; material construção; embarcações; fatos banho, etc.), devendo ainda prever um sistema de atribuição de bolsas integradas em Projectos de I+D e I+D+i (da ideia ao negócio). Na área desportiva deverá ser dada prevalência aos jovens dotados em vista de uma verdadeira aplicação das carreiras duais em Portugal.

Recomendações:

1. Privilegiar o apoio a programas formação pós-graduada (mestrados e doutoramentos) integrados em projetos com o tecido produtivo/desportivo e com uma forte componente de empreendedorismo científico/desportivo e social;

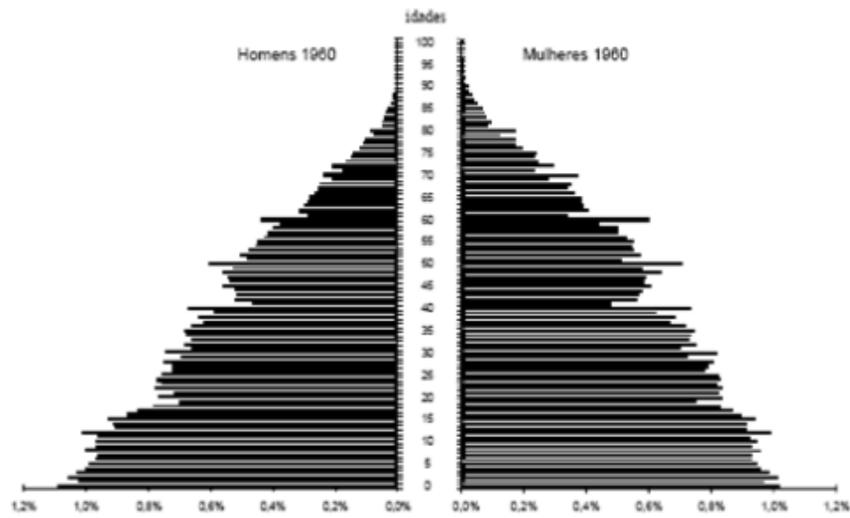
2. Estimular as atividades de pré-incubação de empresas no seio das unidades de I&D/IES com apoio das IA e organizações desportivas (captação alunos internacionais; plataformas tecnológicas; reconversão energética; eventos desportivos; agenciamento de desportistas; equipamentos desportivos; patrocínios; etc.);
3. Profissionalizar as funções de angariação de fundos, de modo a aumentar o financiamento a partir do sector privado e um acesso direto a financiamento europeu e internacional mediante: patrocínio direto baseado na marca (agora protegida¹²); cooperação dos vários níveis da administração pública na criação do retorno não financeiro mas traduzível; formas alternativas de *fundraising*;
4. Reforçar as competências internas no domínio da propriedade intelectual e proteção das marcas e produtos que daí decorrem (FPN; Competição de águas abertas, etc.);
5. Aumentar a participação de empresas e centros de investigação nos programas quadro da UE, atingindo, a curto-prazo, o objetivo mínimo de captar em financiamento um valor idêntico ao peso económico do país.

Vetor 7: Aproximar a Academia e as OD do tecido produtivo, dos mercados face ao contexto social

Assiste-se à alteração pronunciada da estrutura etária da população Portuguesa¹³. A natalidade baixou bruscamente, como se pode ver pelo estreitamento acentuado na base da pirâmide. Ao mesmo tempo, o topo da pirâmide alarga-se agora de forma muito mais visível, traduzindo uma baixa na mortalidade e conseqüente aumento da esperança de vida. Este fato tem vindo a agravar-se desde 1991/2001/2011, como se pode observar pelos gráficos.

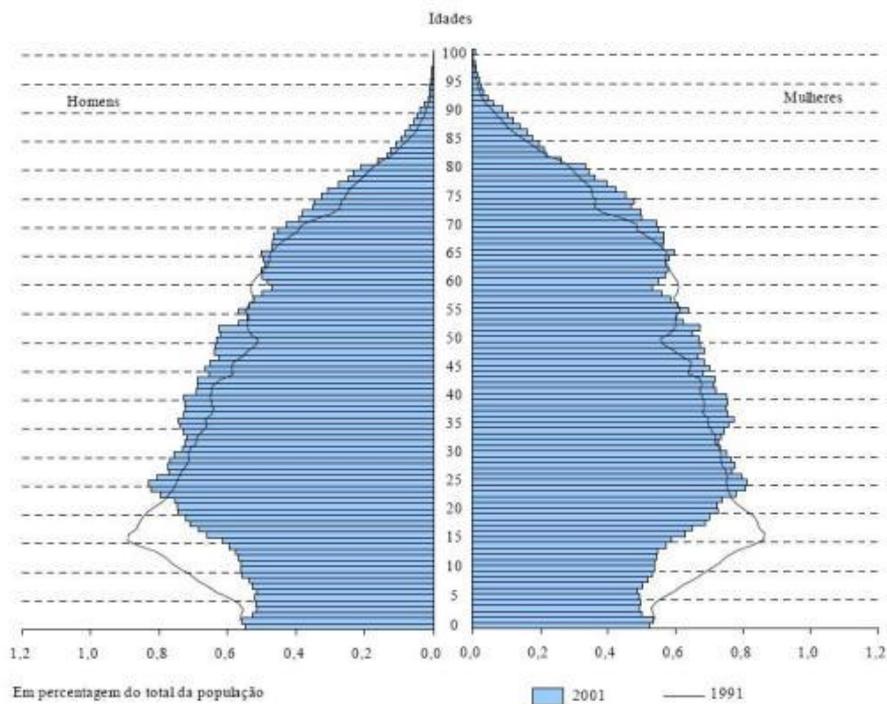
¹² Proposta Lei

¹³ Instituto Nacional de Estatística.



Este simples facto deve levar as IA, do SCTN e OD a repensar o seu papel e funções institucionais.

Figura 1 - Pirâmide Etária, Portugal, 1991 e 2001



Recomendações:

1. Incentivar o recrutamento de docentes convidados com grande experiência em empresas e organizações desportivas, por forma a aumentar a formação em contexto laboral que a academia não possui em quantidade;
2. Fomentar a oferta de cursos de atualização de conhecimentos em regime pós-laboral e à distância;
3. Promover uma reorganização curricular que favoreça a formação flexível dos estudantes, a sua interação com a sociedade civil e a otimização entre a oferta de cursos e a procura do mercado de trabalho, alargando a base de formação a todo o ciclo de vida não os circunscrevendo à formação inicial ou pós-graduada.
4. Promover programas de atividade sob a égide da administração pública desportiva focados no desporto ao longo da vida, dando resposta às necessidades sociais.

Vetor 8: Animar uma rede de inovação internacional no âmbito do desporto (IA; SCTN; OD)

Os novos desafios da competitividade obrigam a aumentar a capacidade de conceptualizar, analisar e perspetivar o desenvolvimento de novos serviços, produtos, negócios e atividades, atuando de forma global na disputa das oportunidades. A escolha das parcerias e redes tem de ser construída de forma inteligente, persistente e eticamente responsável¹⁴.

Recomendações:

1. Apostar na capacitação institucional da rede de parques de centros de alto rendimento desportivo, via fundação desporto e CGL, através de um modelo direto de avaliação do crescimento do volume de negócios, do volume de importações que se traduzem em valor acrescentado e criação de emprego, associando as mais-valias associadas¹⁵;

¹⁴ Portugal acolhe atualmente estudantes de 174 países: 8917 (Brasil); 3316 (Angola); 3010 (Cabo Verde); 2793 (Espanha); 1431 (Itália); 975 (Polónia); 906 (Alemanha); 643 (S. Tomé e Príncipe); 705 (França); 643 (Moçambique); 526 (Ucrânia); 480 (Turquia); 421 (Guiné Bissau); 4040 (China); 355 (Roménia).

¹⁵ Stands em grandes competições internacionais (Mundiais e Europeus de modalidade).

2. Reformulação do sistema de incentivos fiscais, SIFIDE, reorientando-o para a dinamização das Importações (fluxos de utilizadores; estatuto de aluno internacional)¹⁶;

3. Criar sistemas de apoio, em articulação com a rede de Embaixadas e consulados, e de representações da AICEP¹⁷ como alternativa aos atuais modelos de apoio, com a finalidade de aumentar as sinergias mútuas visando reforçar o papel do conhecimento na Internacionalização do País. A AICEP comprometer-se-ia a promover a integração destas redes (IA associadas ao SCTN e CARS) nas ações de internacionalização do País, quer por iniciativa própria, quer a solicitação individual ou conjunta destas. As IA, Unidades do SCTN e CARS promoveriam a internacionalização das suas atividades no exterior em articulação com a AICEP, visando o reforço da sua ação.

a. No âmbito da execução desta parceria as agências consulares/embaixadas e AICEP comprometer-se-iam a: integrar estas redes na sua rede de clientes, desenvolvendo trabalho conjunto a nível interno e externo; apoiar ações conjuntas em feiras internacionais ligadas à área da educação/desporto; promover a integração destas redes nas missões ao exterior de acordo com as prioridades identificadas; envolver as redes em programas relevantes para os jovens quadros saídos das Universidades, de que é exemplo o INOV- Contacto; disponibilizar, sempre que possível, quadros especializados em workshops temáticos, nos painéis de suporte aos barómetros sobre exportações e evolução da perceção da oferta portuguesa nos mercados internacionais;

b. As IA; SCTN e OD comprometer-se-iam: a manter a esta rede informada sobre as ações mais relevantes que desenvolvem no exterior, que possam ser úteis; informar sobre as suas ações prioritárias futuras, em termos de objetivos, produtos, mercados e países preferenciais; procurar parcerias com empresas com vista à exportação de bens e serviços com maior valor acrescentado; promover a preparação de quadros voltados para o desenvolvimento de relações de investimento e de cooperação com o exterior; participar em iniciativas da rede, em Portugal e no exterior, que reforcem as sinergias com as empresas e a capacidade de exportação de serviços.

¹⁶ Instituto do território e FLAD, na concertação estratégica.

¹⁷ Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.

Vetor 9: Criar e transformar negócios, arriscando, inovando e empreendendo

A Inovação constitui um vetor essencial no desenvolvimento de uma sociedade moderna. É mesmo um dos fatores de integração horizontal mais consensuais em todos os domínios de atividade social, sendo-o, também, no desporto. Para que tal aconteça torna-se necessário, antes de mais, implementar uma cultura de inovação, valorizando a criatividade e a responsabilidade individuais e dos diferentes grupos e estimulando os aceleradores de inovação que nesta área específica não existem em Portugal.

Recomendações:

1. Instituir um sistema público de “matching funds” como suporte ao financiamento público, premiando, através do financiamento público, a capacidade das IA/SCTN/OD angariarem a maior parte do financiamento a partir do sector privado;
2. Disponibilizar fundos de capital público, associados ao sector privado, específicos para áreas consideradas como estratégicas para o desenvolvimento a médio-longo prazo, como por exemplo no domínio da economia do desporto/do mar e da saúde e bem-estar sociais;
3. Constituir, a partir dos atuais recursos (na FCT, IAPMEI e ADI; CCDR; SEJD), uma unidade operativa ou plataforma de inovação tecnológica do desporto em Portugal para: i) acompanhamento e submissão de Projectos científicos com potencial económico, associada a um fundo de Investimento e obedecendo a uma lógica de modelo de negócios sustentável, com metas de rentabilidade e de criação de emprego atribuídas aos gestores daquela unidade¹⁸;

¹⁸ Ligação das IA e SCTN aos Stakeholders (onde se inserem as empresas e OD) para operacionalizar as ideias em produto/processo. Esta plataforma poderia ser, ainda usada para a aceleração de inovação e competitividade empresarial (AICE), visando aumentar a probabilidade de sucesso dos Projectos e start-ups que venham a ser apoiados, facilitando a captação de investimento nacional e estrangeiro através de fundos sectoriais e temáticos.

DESAFIO 3: REORGANIZAÇÃO DAS REDES/FUNÇÃO INSTITUCIONAL

As instituições têm de se adequar a um mundo em rápida mutação, que procura transformar o País e a Europa e numa economia inteligente, sustentável e inclusiva. A existência de novas referências: mundiais; europeias e nacionais, na sequência das linhas de ação no quadro dos programas operacionais regionais, dos programas temáticos nacionais, dos fundos estruturais europeus¹⁹, e a estratégia de especialização inteligente, designadamente o Horizon2020; PO2020; POR (CCDR) e RIS3, obrigará em todas as áreas e, também na área do desporto, a um processo exaustivo embora não iniciado, de reorganização.

As políticas públicas devem atender à necessidade de reestruturação das redes e a adoção de novos critérios de avaliação que possam ter efeitos positivos na melhoria dos indicadores que servem de referências de análise e financiamento, devendo incluir os que comprovem a absorção de conhecimento por parte do tecido social, empresarial, desportivo e/ou que possam ter impacto na economia (número de patentes registadas, criação de empresas baseadas no conhecimento, indicadores de internacionalização, indicadores de resultado não necessariamente desportivo).

Vetor 10: Reorganizar a rede do ensino superior e complementarmente um reforço da autonomia e dos meios de governação das IA²⁰

Urge reorganizar a rede do ensino superior. Desde logo pela clarificação concetual e operacional do subsistema politécnico e universitário, público e privado e de formação e de investigação. Apesar do já realizado (U. Lisboa; U. Norte, etc.), o processo esforço de racionalização emergente carece, no entanto, de um esforço de dimensionalidade que se exige sob o risco da perda de eficiência na gestão dos recursos públicos.

No caso das ciências do Desporto, Portugal possui 18 cursos em Instituições de ensino superior privado, com aproximadamente 1980 alunos das quais 11 cursos universitários (1650 alunos) e 7 de natureza politécnica (330 alunos). Concomitantemente, possui 27

¹⁹ A Europa 2020 é a estratégia de crescimento da União Europeia (UE) para a próxima década. Para concretizar essa ambição foram fixadas três prioridades, que se reforçam mutuamente: Crescimento inteligente: desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação; Crescimento sustentável: promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva; Crescimento inclusivo: fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.

²⁰ Forma genérica e especificamente nas ciências no desporto.

curso em IES públicas com aproximadamente 1850 alunos, dos quais 10 cursos universitários com 1100 alunos e 17 cursos politécnicos com cerca de 750 alunos.

O somatório é esclarecedor. Temos cerca de 45 cursos superiores na área das ciências do desporto com cerca de 3830 alunos! Estamos a destruir, com esta oferta sobredimensionada, e várias vezes, sem a necessária massa crítica que a suporte, esta área de formação e conhecimento. A banalização é meio caminho andado para a vulgarização.

Esta racionalização, no sentido de aumentar a eficiência na utilização de recursos, a qualidade da oferta educativa, a capacidade de competir à escala internacional e a coesão territorial, deverá ser impulsionada através de dois pilares: 1) a cultura da avaliação das instituições e dos seus cursos e 2) um novo modelo de financiamento que não seja apenas dependente do número de alunos e que valorize a função institucional e de coesão territorial e o esforço de integração de instituições num programa plurianual de estratégia organizativa.

Recomendações:

1. Reorganizar e racionalizar a rede de ensino superior em Portugal, na área desporto, através dos mecanismos de avaliação das instituições e de um novo modelo de financiamento, promovendo a definição de missões distintas para as instituições de ensino superior, num quadro de competição e cooperação e de criação de massa crítica indispensável à internacionalização do ensino superior, numa estratégia de especialização inteligente;
2. Regular a oferta formativa tendo por base a qualidade e adequação às expectativas, institucionais; nacionais e de mercado, não necessariamente de empregabilidade (novas profissões do desporto);
3. Aumentar o financiamento público em bolsas para os estudantes carenciados em articulação com um sistema de empréstimos para realização de estudos e alargar a ação social escolar, nos mesmos moldes, aos alunos do sector particular e cooperativo (para além do mais superior e do programa retomar, possibilitar bolsas ao ex-atletas de alto rendimento nestas instituições de formação);
4. Apostar na cooperação com as IA e do SCTN da CPLP: novos mercados de formação e de potencialização.

Vetor 11: Sistema Científico e tecnológico nacional

Justifica-se a manutenção e reforço das capacidades de investigação científica e tecnológica em Portugal, tendo como objetivo o próprio desenvolvimento do sistema científico, mas, de forma crescente, o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e de alto valor acrescentado, alicerçado numa densificação progressiva e do reforço da sua articulação com o tecido empresarial.

Urge reorganizar a rede das UI consorciando a sua massa crítica, com o apoio direto do COP e da fundação do desporto enquanto braço do estado no apoio à I+D+I e mais-valia para o tecido desportivo.

Recomendações:

1. Fundir as UI em Portugal num único laboratório, centro de investigação creditado, ultrapassando os egos e os provincianismos ainda existentes;
2. Criar consórcios, envolvendo empresas, universidades e UI, comprometidos com programas em áreas estratégicas nacionais:
 - a. Rede IES e COP e Fundação Millennium BCP: Formação; Apoio ao controlo e avaliação; observatório da prática desportiva, entre outros;
 - b. Rede das UI e Fundação do Desporto para apoio aos CAR Nacionais.

Vetor 12: Reorganizar a rede das organizações desportivas nacionais/função Institucional

Há que aumentar a capacidade de dar resposta às necessidades nacionais e competir à escala internacional, valorizando a função institucional e de coesão territorial e o esforço de integração de instituições num programa plurianual de estratégia organizativa. Estes devem ser os termos em que se deve pensar o desenvolvimento desportivo: deixar de haver um centro único e tudo passar a funcionar em rede e de forma sistemática.

Recomendações:

1. Acomodar a passagem de um modelo unidimensional do desporto de rendimento para um modelo pluridimensional que integre a formação, a competição, o rendimento, a recreação e o lazer, no seio e no âmbito das organizações desportivas. Não faz sentido o que se passa no modelo de formação dos cursos de nível em Portugal e o processo de formação contínua para renovação da cédula;

2. Acomodar a passagem de um foco unipolar, o clube, para um regime multipolar que integre a escola, o clube, o sector privado, entre outros, pela integração e internalização de competências adstritas a várias áreas: sistema educativo; sistema desportivo; economia; turismo.
3. Valorizar o conhecimento, a cultura empreendedora e a inovação associadas ao desporto, constituindo uma única entidade pública para apoio ao Desporto;
4. Dar competências de certificação, devidamente tuteladas pelos organismos públicos, às OD dotadas de UPD para a certificação não só de atividades mas, também, de instalações de suporte às atividades;
5. Afirmar a Administração Pública para o Desporto como entidade pró-ativa, prestadora de serviços, designadamente junto das Federações Desportivas, Clubes e Câmaras Municipais, criando para isso a necessária massa crítica;
6. Envolver a Administração Pública para o Desporto na produção de instrumentos que agilizem o cumprimento dos desígnios de intervenção social das Federações, Clubes e Câmaras Municipais junto das comunidades locais;
7. Aplicar, sistematicamente, o artigo 13º, nº 1 – alínea a), do Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de dezembro, que determina que “as Federações Desportivas têm direito, para além de outros que resultem da lei, (...) à participação na definição da política desportiva nacional”.

Vetor 13: Reforçar a autonomia e os meios de governação das IA/SCTN/OD-UPD adequando a estratégia institucional ao quadro de referência nacional e europeu

A sustentabilidade dos sistemas está muito dependente da existência de diferentes fontes de financiamento e da capacidade de competir para a captação de fundos públicos.

A identificação de mecanismos de financiamento alternativos passa pelo mecenato, bem como pela captação de receitas através da prestação de serviços. A sustentabilidade das instituições exige a redução de despesas, pelo que no futuro quadro comunitário, as IA, as do SCTN e as OD dotadas de UPD e suas estruturas devem ser consideradas entidades beneficiárias em linhas de requalificação (ambiental,

estrutural, energética e patrimonial)²¹ sendo crucial implementar sistemas de gestão sustentável apostando, fundamentalmente, no Capital Humano com intervenções diretas na redução do abandono escolar e de promoção do sucesso educativo (Academia) e desportivo e na promoção de ofertas formativas profissionalizantes para jovens.

Recomendações:

1. Instituir mecanismos de financiamento e controlo de resultados plurianuais devidamente avaliados e monitorados;
2. Simplificar os processos de candidatura ao financiamento, especialmente nas OD dotadas de UPD;
3. Rever o modelo de financiamento do ensino superior público, num quadro tripartido Estado-instituições-alunos, prosseguindo as seguintes orientações: a) introduzir nas regras do financiamento por parte do Estado, para além do número de alunos, critérios como a qualidade a internacionalização e a abertura à sociedade, dos cursos; b) alargar as responsabilidades de captação de receitas próprias por parte das instituições, num quadro de “match funding”;
4. Implementar um modelo de financiamento ao sistema científico e desportivo mais centrado na procura de ciência (SCTN) e do desporto (OD) em vez do atual baseado, unicamente, na oferta. A estratégia pode ser definida seguindo o exemplo dos programas da EU "smart specialization" que obrigam a definir áreas estratégicas ou "clusters" por região ou por País, baseando o financiamento do próximo quadro comunitário nessa definição.

²¹ No último QREN, apenas podiam ser beneficiárias autarquias e instituições de solidariedade social neste tipo financiamentos.

EPÍLOGO

Na parte final deste sermão cabe-me expressar o otimismo relativamente ao futuro do desenvolvimento do desporto em Portugal. Se agirmos, estrategicamente de forma convergente, agregando vontades, à luz de uma clarificação estratégica com a administração pública, central/regional/local, entidades privadas e organizações desportivas com ou sem fins lucrativos, devidamente monitorados regularmente, talvez a ciência do desporto e as instituições onde se produz saber e conhecimento (IA e SCTN) e as instituições que podem absorver este saber produzido (empresas e OD) possam ser um dos motores da nossa identidade nacional e de desenvolvimento.

Talvez, assim, se possa retomar mais a função libertadora e responsável do desporto na resolução inovadora dos problemas que se nos deparam e as organização desportivas tenham de beber mais na essência do conhecimento e inovação que são produzidas pelas IES, numa coordenação convergente de meios, recursos e instrumentos, sem o anátema de uma crescente teorização das organização desportivas que, desta forma, se afastam da prática. Há que mudar o paradigma.

Portugal é um País demasiado pequeno para tantos egos inflamados. Ou aproveitamos o que temos e potenciamos as nossas virtualidades ou ficaremos eternamente dependentes na boa vontade do que não temos. Ligação Universidades (sistema educativo) ao deporto (sistema desportivo).

Falta um esforço adicional a todas as instituições envolvidas. No caso das IA a perda de relevância começa a ser preocupante. Apesar da melhoria dos índices de produtividade, deixaram de se preocupar com os graves problemas que afligem a generalidade das populações, sem a assunção das responsabilidades sociais.

Falta fazer um esforço adicional de adequação das IES e OD ao clima, que irá perdurar, de fortes constrangimentos financeiros o que constitui o ponto nevrálgico de uma nova política para o desporto, e que reclama novas atitudes e uma nova mentalidade por parte de todos os intervenientes, estado, instituições académicas e desportivas e demais agentes desportivos, na transição de uma linha política de desenvolvimento dirigido em que o estado é a unidade central e centralizadora para uma outra de desenvolvimento assistido em que este órgão lega a estas organizações grande parte das suas

competências e iniciativas, mantendo contudo, além da iniciativa legislativa, a cooperação técnica e financeira.

Terminando com uma nota pessoal.

As coincidências são os acasos da existência que conotamos com significados distintos relacionados com o caráter de cada um. Há quem não acredite em casualidades e legitime que tudo tem um sentido, uma razão, inclusive, uma justificação. Contudo, todos gozamos, em algum momento das nossas vidas, de variáveis inexplicáveis, verdades disfarçadas, mentiras ocultas, pese embora a intrínseca vontade de tentarmos descobrir os intelectos que subjagam os sentidos, as essências contrárias às aparências, a alma que domina a carne.

Torna-se complicado para nós, humanos, colocar tudo nos seus lugares e conseguir discernir o principal do acessório. Mas esta é uma luta que devemos enfrentar sem medo das chagas que daqui possam resultar sendo verdade que, quando nos atingem o espírito, a resolução racional se torna mais complicada. Somos um exórdio de um fim com sentido ou, pelo menos, que projeta a coerência alicerçada numa base de congruência.

Neste apressado excerto que a vida se revela é nossa função e, inclusive, obrigação, deixar para as gerações futuras pilares de referência construídos sobre suportes sólidos de trabalho, humildade, mérito e dedicação a causas que ajuizamos como fundamentais. Lutar, incessantemente, tentando chegar do excepcional ao impossível, numa sociedade em que o desporto deveria estar cravado pela raiz e, não apenas, de raiz.

BIBLIOGRAFIA

Plataforma de crescimento Sustentável (2014). Versão provisória

José Ingenieros, (2003). *El Hombre Mediocre*. Campina: Edcamp.

JOSÉ MIGUEL SARDICA (2009). História, vida, liberdade e responsabilidade. Texto da *Oração de Sapiência* proferida na Cerimónia de Bênção e Entrega dos Diplomas de Licenciatura da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, *Comunicação & Cultura*, n.º 8, 2009, pp. 151-160

Luísa Leal de Faria (2007). De *Bologna* a Bolonha. Novecentos anos de graus e símbolos académicos. *Comunicação & Cultura*, n.o 4, 2007, pp. 133-151.

Maria da Graça Carvalho (2013). Oração de Sapiência - "Ensino Superior, Ciência e Inovação". Sessão Solene Comemorativa do XXXIII Aniversário do Instituto Politécnico de Santarém, 7 de Junho, 2013

Declaração de Berlim (2013). Declaração adoptada por 121 estados membros da Unesco. 5th international conference of ministers and senior officials responsible for physical education and Sports. Berlin, germany. Unicef (2013) sustainable development starts and ends with safe, healthy and well-educated children online document at: http://www.unicef.org/socialpolicy/files/sustainable_development_post_2015.pdf

Learning metrics task force (2013) toward universal learning: a global framework for measuring learning. Report n. 2 of the learning metrics task force Montreal and Washington: Unesco institute for statistics and center for universal education at the brookings institution.

American college of Sports medicine. International council os Sports Sciences and physical education and Nike, inc. (2012). Designer to move: a physical activity agenda. Beaverton, OR: Nike, inc.